NICOLA ABBAGNANO

DICIONÁRIO DE FILOSOFIA

Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por
ALFREDO BOSI

Revisão da tradução e tradução dos novos textos
IVONE CASTILHO BENEDETTI

Martins Fontes
São Paulo 2007

assumir nada sobre a produção de um fenômeno por parte de outro. Já em 1886 Mach teria sugerido que o conceito de F. deveria suplantar o conceito tradicional de causalidade, por entender a dependência recíproca dos fenômenos *(Analyse derEmpfindungen,* 9ª ed., 1922, p. 74). Num estudo de 1910 *{Substanzbegriff und Funktionsbegriff)* Cassirer mostrava a redutibilidade de boa parte das noções científicas ao conceito de função. Mais recentemente, Dewey insistiu na diferença de significado que esse conceito tem em física e em matemática. Quando se diz "o volume de um gás é F. da temperatura e da pressão", descobre-se e verifica-se esta fórmula com operações de observação experimental: portanto, a fórmula é contingente, assim como é contingente a relação que ela determina. Contudo, no caso da proposição $y = x^1$, cada operação que confere um valor a *x* ou a *y* institui necessariamente uma modificação correspondente no valor do outro membro da equação, e a operação de atribuir um valor é inteiramente determinada pelo sistema do qual a equação faz parte *{Logic,* cap. XX, § 5; trad. it., p. 539). Mas obviamente esta diferença não modifica o próprio conceito de F., cujas características permanecem constantes em todas as ciências contemporâneas que o utilizam amplamente.

FUNÇÃO PROPOSICIONAL (in. *Propositional function;* fr. *Fonction propositionnelle,* ai. *Funktion;* it. *Funzioneproposizionalé).* Esta noção, introduzida por Frege (1879) e mais tarde amplamente desenvolvida por Russell e Whitehead em *Principia mathematica,* hoje é o objeto de um dos capítulos fundamentais da Lógica. A F. proposicional é uma F. que, conforme o número das variáveis independentes, é chamada de *monãdica, diãdica..., n-ãdica,* cuja substituição por símbolos denotados produz proposições que são seus *valores.* P. ex.: "Sócrates é mortal" é um valor da F. proposicional monádica, "x é mortal". Se a F. proposicional é monádica, também é chamada de *predicado* (Russell) ou de *propriedade,* de outra maneira, é chamada de *relação* (diádica, triádica..., n-ádica). A F. proposicional também é passível de outras operações (e nisso reside seu grande interesse para a Lógica) que a transformam em símbolos designantes: assim, uma F. "O *x"* é transformada pelo operador "todos" [na notação de Russell, "Oc)."l na proposição universal "todos os xsão í>" [na notação de Russell, *"(x)* O *x"];* pelo operador existencial [na notação de Russell, *"(3x)"],* na proposição particular "pelo menos um *xê* O" [na notação de Russell, "(3x). *<£>x"];* pelo operador *"x"* (na notação de Russell) ou *X* (na notação mais recente) é transformada na descrição abstrata da classe dos *x* que são 4> [na notação de Russell, *"x O x"* ou *"XOx"].*

FUNCIONAL (in. *Functional;* fr. *Fonctionnel;* ai. *Funktional;* it. *Funzionalè).* As significações deste adjetivo correspondem às significações fundamentais do substantivo correspondente. Ao *Iª* significado correspondem os das expressões "psicologia F." ou "análise sociológica F.". Ao *2°* significado correspondem os significados das expressões "correlação F." ou "cálculo F.". A psicologia F., cujos fundamentos foram defendidos especialmente por Peirce, James, Mead e Dewey, considera os processos mentais como operações através das quais o organismo biológico adapta-se ao ambiente e o domina (cf. MORRIS, *Six Tbeories of Mind,* Chicago, 1932, cap. VI). A análise F. em sociologia tende a mostrar "o papel que as instituições desempenham na totalidade de um sistema cultural", como afirma Malinowski, ou, em outros termos, a contribuição que uma instituição dá para a manutenção do conjunto social de que faz parte (MERTON, *Social Theory and Social Structure,* 1957, pp. 20 ss.). Por outro lado, "correlação F." é uma relação de dependência recíproca, de acordo com o *2°* significado de função. "Cálculo F." é aquela parte da lógica que analisa a estrutura interna das proposições, indicadas pelo símbolo f (x).

FUNCIONALISMO. V. PSICOLOGIA, F.

FUNCTOR (in. *Functor,* fr. *Functor,* ai. *Funktor,* it. *Funtoré).* Com esse termo os lógicos indicam o sinal de uma função não proposicional, isto é, numérica (REICHENBACH, *Elements ofSymbolic Logic,* 1947, p. 312; CARNAP, *Meaning and Necessity,* § 2).

FUNDAMENTO (gr. ama, Aóyoç; lat. *Ratio,* in. *Foundation;* fr. *Fondement;* ai. *Grund;* it. *Fondamentó).* Causa, no sentido de razão de ser. Esta é uma das significações principais do termo "causa", graças à qual contém a explicação e justificação racional da coisa da qual é causa. Aristóteles diz: "Acreditamos conhecer um objeto de maneira absoluta — não acidentalmente ou de modo sofistico — quando acreditamos conhecer a causa por que a coisa é e acreditamos conhecer que ela é causa da coisa e que esta não pode ser de outra maneira" *(An. post.,* I, 2, 71b 8). Nesse senti-

do, causa é razão, *logos (De pari an.,* I, 1, 639 b 15), pois não só permite compreender a ocorrência de fato da coisa, mas também o seu "não poder ser de outra maneira", sua necessidade racional. Na doutrina aristotélica, portanto, assim como em todas as que dela provêm, a causa-razão é um conceito ontológico que expressa a necessidade do ser enquanto substância. É nesse sentido que Hegel usa esse conceito: "O F. é a essência que é em si e esta é essencialmente F.; e F. só é como F. de alguma coisa, de um outro" *{Ene,* § 121). De fato, nesse sentido F. é "a essência posta como totalidade" *(Ibid., %* 121), a razão da necessidade de uma coisa, como julgava Aristóteles.

Em Leibniz, todavia, essa noção adquiriu sentido diferente e específico, distinguindo-se nitidamente da noção de causa essencial ou substância necessária: passa a designar uma conexão falha de necessidade, mas capaz de possibilitar o entendimento ou a justificação da coisa; o princípio desta conexão é chamado de *princípio de razão suficiente {Principium rationis sufficientis, Satz vom zureichenden Grundé).* Leibniz chega à formulação desse princípio através da contraposição entre a conexão livre mas determinante e a conexão necessitante. Ele diz: "A conexão ou concatenação é de duas espécies: uma é absolutamente necessária, de tal modo que seu contrário implica contradição, e tal conexão verifica-se nas verdades eternas, como as da geometria; a segunda só é necessária *ex bypotbesie,* por assim dizer, por acidente, sendo contingente em si mesma, uma vez que o seu contrário não implica contradição." Esta segunda conexão verifica-se na relação entre uma substância individual e suas ações: p. ex., o fundamento do fato de César ter atravessado o Rubicão está, sem dúvida, na própria natureza de César, mas isso não indica que esse acontecimento seja necessário em si mesmo ou que o seu contrário implique contradição. Da mesma maneira, Deus sempre escolhe o melhor, mas escolhe-o livremente, e o contrário do que escolhe não implica contradição. "Toda verdade fundada nesses tipos de decretos é contingente, conquanto certa, porque esses decretos não mudam a possibilidade das coisas; e apesar de Deus, como já disse, sempre escolher indubitavelmente o melhor, isso não impede que o que é menos perfeito não seja e continue possível em si mesmo, ainda que não aconteça, porque não é sua impossibilidade que o faz repelir, mas sua imperfeição. Ora, nada é necessário cujo oposto seja possível" *{Disc. de mét.,* 1686, § 13). Como mostram os textos de Leibniz, o F. ou razão suficiente tem uma capacidade explicativa diferente da causa ou razão de ser de Aristóteles. Esta última explica a *necessidade* das coisas, por que a coisa não pode ser diferente do que é. O fundamento ou razão suficiente explica a *possibilidade da.* coisa, explica por que a coisa pode ser ou comportar-se de certa maneira. Foi exatamente por isso que Leibniz destinou o princípio de razão suficiente a servir de fundamento das verdades contingentes, continuando a admitir, como fizera Aristóteles, o princípio de contradição como base das verdades necessárias *(De scientia universali,* em *Opera,* ed. Erdmann, p. 83). Todavia, foi só Kristian Wolff que atribuiu ao princípio do F. (ou princípio da razão suficiente) a condição de princípio de toda a filosofia e do seu método. Foi com base nele que Wolff definiu a filosofia como "ciência das coisas possíveis e enquanto podem existir" *(Log.,* Disc. prael., § 29) e considerou como tarefa fundamental dela dar a "razão pela qual as coisas possíveis podem chegar a ser" *(Ibid.,* § 31). Desse ponto de vista, toda a atividade filosófica consiste na determinação do F. (rafe, *Grund),* entendendo por F. "a razão pela qual alguma coisa é ou acontece" *(Ibid.,* § 4). Wolff, todavia, reintegrava o princípio de razão suficiente na significação necessarista. Distinguia o *principium essendi,* que contém a razão *da possibilidade da* coisa, do *principium fiendi* (ou do acontecer) que contém a razão da *realidade (Ont.,* § 874), bem como o *principium cognoscendi,* com o qual entendia "a proposição por meio da qual se conhece a verdade de outra proposição" *(Ibid.,* § 876). Está claro que tanto o *principium fiendi* (que é o princípio da causalidade) quanto *o principium cognoscendi* (que é a demonstração) têm caráter necessitante, aliás também presente na obra de Baumgarten, que tende a integrá-lo no de contradição *(Met.,* § 20). Esta tendência era predominante na escola wolfiana (cf. CASSIRER, *Erkenntnissproblem,* VII, cap. 3; trad. it., II, pp. 596 ss.) e só sofreu a oposição de Crusius, que insistia na distinção do princípio de razão suficiente do princípio de causalidade, justamente para excluir do primeiro o caráter necessitante *(De usu et limítibusprincipii rationis determínantis,* 1743, § 4), correção que Kant aceitou numa de suas primeiras obras *(Principiorum primorum cognitionis metaphysicae nova*

1

dilucidatio, 1755). Depois de Crusius, todavia, o caráter não necessitante do princípio de razão suficiente — caráter que convencera Leibniz de admiti-lo como um princípio em si — desapareceu completamente. A mesma distinção estabelecida por Crusius entre princípio de razão suficiente e princípio de causalidade serviu para considerar os dois princípios como duas expressões do princípio de necessidade. Esse foi justamente o caminho seguido por Schopenhauer em sua obra *Die vierfache Wurzel des Satzes vom zureichenden Grunde* (1813). Schopenhauer enumerava quatro formas do princípio de razão suficiente, ou seja, ao lado das duas distinguidas por Crusius, punha o princípio de razão suficiente do *ser,* que rege as relações entre os entes matemáticos, e o princípio de razão suficiente do *agir,* que rege as relações entre as ações e seus motivos. Contudo, o caráter não necessitante do F. é confusamente reconhecido nos seus usos metafísicos. Schelling, em *Untersuchungen üherdas Wesen der menschlichen Freiheit* (1809), entendeu por F. o desejo ou a vontade de viver, de que depende tanto a existência do homem quanto a de Deus. Neste sentido, F. não é, obviamente, uma causa necessitante. Com sentido análogo, Heidegger disse: "a liberdade é o F. do F.". Explica: "A liberdade, por ser o fundo deste F., também é o abismo (sem fundo) do ser-aí. Não que seja infundado o relacionamento individual e livre, mas no sentido de que a liberdade, em sua natureza essencial de transcendência, põe o ser-aí, como poder-ser em possibilidades que se estendem diante de sua escolha finita, ou seja, em seu destino" *(Vom Wesen des Grundes,* 1928, III; trad. it., pp. 77-78). Em outras palavras, para a existência humana o F. é o enraizamento no mundo, em virtude do que possibilidades projetadas são limitadas e comandadas pelo próprio mundo. O F. expressa o condicionamento que o mundo exerce sobre o homem em virtude do seu enraizamento no mundo.

Emerge claramente desses textos o traço característico da noção em exame, que é expressar um condicionamento não necessitante. Essa é de fato a significação mais comum e geral do termo tanto na linguagem comum quanto na filosófica. F. é o que explica uma preferência, uma escolha, a realização de uma alternativa e não de outra. Fala-se em F. todas as vezes em que a preferência ou a escolha é justificada ou quando a realização da alternativa é explicável. Do mesmo modo, princípio "fundamental" é o que estabelece a condição primeira e mais geral pela qual alguma coisa possa existir, e ciência fundamental é a que contém as condições que tornam possíveis as outras ciências (nesse sentido Wolff chamava a ontologia de *Grundwissenschaff).* Pode-se dizer, portanto, que no uso moderno essa palavra não tem significação diferente de *condição* (v.).

O iluminismo alemão do séc. XVIII, que elaborou o conceito de F., também elaborou a noção de método do F. (ai. *Grundlichkeii),* cujas regras foram ditadas por Wolff no IV capítulo do Discurso preliminar de *Philosophía rationalis,* e assim resumidas por Kant no prefácio da segunda edição da *Crítica da Razão Pura-.* "Algum dia, no sistema futuro da metafísica, cumprirá seguir o método do célebre Wolff, o maior dos filósofos dogmáticos, o primeiro a dar exemplo (graças ao qual se tornou, na Alemanha, o criador do espírito de *Grundlichkeit* que ainda persiste) de como se pode tomar o caminho seguro da ciência estabelecendo os princípios com regularidade, determinando os conceitos com clareza, procurando o rigor das demonstrações e negando-se a dar saltos na dedução das conseqüências." O método da fundamentação consiste em aduzir o F., ou seja, a razão justificativa, a cada passo do filosofar, e dele a filosofia ainda pode esperar uma salvaguarda do arbítrio.

FUROR HERÓICO. V. ENTUSIASMO.

FUSÃO (in. *Fusion;* fr. *Fusion;* ai. *Fusion;* it, *Fusioné).* Termo usado em psicologia para indicar uma forma de associação. Scheler vê na F. afetiva uma indicação da unidade metafísica do mundo da vida; essa unidade, porém, não elimina a diversidade das pessoas, mas sim exige-as *(Sympathie,* I, cap. 4, §§ 3-5; trad. fr. pp. 108 ss.).

FUTURIÇÃO (in. *Futurition;* fr. *Futurition;* it. *Futurizionè).* Leibniz designa assim a determinação dos acontecimentos futuros, possibilitando a Deus a sua previsão infalível *(Théod.,* I, § 37) (v. PREDETERMINAÇÃO). Ortega y Gasset usa esse termo para indicar a orientação da vida humana em direção ao futuro.

FUTURO (in. *Future,* fr. *Avenir,* ai. *Zukunfi;* it. *Avvenirê).* Quanto ao primado do F. sobre as outras determinações do tempo em algumas formas de filosofia contemporânea, v. TEMPO.

FUTUROLOGIA (in. *Futurology,* fr. *Futurologie,* ai. *Futurumlogie,* it. *Futurologid),* Termo empregado por O. K. Flechtheim, a partir de 1943, para designar a ciência das perspecti-